

Conferência: When does a clause become a question?

Ministrante: Veneeta Dayal (Yale University)

In this talk I explore the possibility that there are three points on the left periphery where interrogative meaning is built up, CP_{+WH} , $Force-P_{+Q}$, SAP_{ASK} :

$[_{SAP} SA^0 ASK [_{Force-P} Force^0 + Q [_{CP} C^0 + WH [TP]]]]$

At CP, the +WH specification takes the TP denotation and creates a set of propositions, these semantic type for questions. At SAP, the question is anchored to the context of utterance via speaker and addressee co-ordinates. CPs are canonically what we find in complement positions, SAPs what we find in matrix questions and quotations. This two-way distinction, I would venture to say, is relatively uncontroversial or at least less radical sounding than the postulation of a three-way distinction.

I argue for a third structural position, in between CP and SAP, with a distinct semantic profile. I call this position $Force-P+Q$. While the term $Force-P$ is familiar from Rizzi (1997), the characterization of this position is likely different from what has so far been assumed in the literature. I argue that $Force^0+Q$ takes a set of propositions (a question denotation) and turns it into a centered question, a question that is crucially active for someone. This allows $Force-P$ to either feed into SAP, and be linked to a contextually provided anchor, or enter into a complementation relation with a predicate and be linked to an argument of that predicate.

The empirical justification for the three-way distinction in interrogative syntax-semantics comes from the following inter-related phenomena, which will be discussed in some detail in the course of the talk: embedding predicates, subject-aux inversion, biased questions, (polar) question particles, intonational contours, alternative vs. polar questions. In doing so, I draw on earlier collaborative work with Jane Grimshaw (Dayal and Grimshaw 2009) and Rajesh Bhatt (Bhatt and Dayal 2014 and subsequent versions), while absolving them of all responsibility for anything in this proposal that they may not have signed on to.

Conferência: Ainda sobre DPs e diferentes variedades do PB: por um cuidado maior com o que se chama de nomes nus generalizadamente
Ministrante: Ruth E. Vasconcellos Lopes (Unicamp/CNPq)

Este trabalho tem por objetivo trazer uma contribuição empírica sobre algumas particularidades do uso do constituinte nominal (doravante, DP) em diferentes variedades do PB. Certamente este aporte empírico tem consequências teóricas relevantes que, contudo, não serão o foco principal aqui.

Pretendo iniciar com um olhar sobre o que há de comum entre o português europeu (PE) e o brasileiro (PB) em relação ao DP, examinando brevemente a posição dos modificadores e o uso possível do DP definido singular ou plural em referência à espécie. A partir desse quadro comum, pretendo mostrar o que há de diferente entre essas variedades, como o uso no PB de nomes singulares contáveis não antecidos por artigo na posição de complemento em sentenças episódicas e como sujeito ou complemento em sentenças genéricas. Com respeito à variação interna, vou examinar variedades não urbanas e as diferenças entre elas, trazendo estudos quantitativos e teóricos de vários autores sobre comunidades rurais, ribeirinhas e caçaras.

O percurso que faremos dividirá o PB, portanto, em diferentes variedades, correlacionando-as com o que se tem chamado de “nomes nus” de forma indistinta, além de examinar gênero e número em variedades não-urbanas e o uso do artigo antes de nomes próprios e possessivos. Para o percurso proposto, assumiremos o que segue:

- i) Encontramos, ainda hoje, algumas variedades em que o funcionamento do DP é distinto daquele do PB urbano. São variedades rurais, ribeirinhas e caçaras. O termo vernacular não pode, assim, se aplicar a todas as variedades de fala, cabendo mais claramente a distinção urbano vs. não urbano;
- ii) Essas variedades parecem ter uma vida paralela ao PB urbano, licenciando nomes nus referenciais e marcação única de plural no determinante, além de apresentar padrões específicos de marcação de gênero;
- iii) É possível, ainda, estabelecer diferenças entre essas variedades não urbanas. Algumas caminham, ou já fizeram esse percurso, na direção do PB: Helvécia, Alto Xingu, por exemplo, incorporaram concordância de gênero, enquanto número resiste com marcação apenas no determinante, e perderam nomes nus referenciais; outras resistem, especialmente com gênero, como a Baixada Cuiabana e variedades caçaras.

As variedades aludidas em (i) são o resultado de comunidades expostas a ambientes multilíngues. Vamos mostrar que, embora esses ambientes pudessem abarcar seletivamente línguas africanas ou indígenas, o que resultou dessas gramáticas, ao menos nos limites do DP, é muito semelhante, especialmente no que concerne à marcação de número, gênero e uso dos determinantes. A marcação de gênero, especialmente, é um claro traço de contato. São caminhos distintos e confluências intrínsecas que se explicam também pelas línguas envolvidas.

Quanto aos nomes nus, é preciso separar o uso ou não de artigo antes de nomes próprios e possessivos dos nus não referenciais propriamente, tal como os descrevemos acima. O uso do artigo antes de nome próprio e possessivo é um contínuo no PE e variável no PB. Neste último, não se reduz à oposição urbano x não urbano, diferenciando variedades urbanas de regiões geográficas diferentes sem correlação aparente com maior ou menor conservadorismo das variedades envolvidas. Por outro lado, os nomes nus não referenciais transcendem geografia, classe social e escolaridade, não aparentando ter comportamento distinto nas gramáticas urbanas ou não urbanas.

Finalizaremos discutindo se os nomes nus são uma inovação do PB em relação ao PE e, em caso de ser uma inovação, se afetou os traços categoriais do nome ou a qualidade do D(eterminante). Para tanto, vamos voltar a trabalhos como o *Nominal Mapping Parameter* de Chierchia (1998), Schmitt & Munn (1999), Pires de Oliveira & Rothstein (2011) e Schmitt & Galves (2014), entre outros, advogando que, caso seja uma inovação, gramatical ou de uso, localiza-se em D.

Conferência: Present tense interpretations

Ministrante: Ana Müller

This paper focusses on the semantics of the present tense inflexion in two distinctly tense oriented languages: Brazilian Portuguese (BP) and Karitiana (Amazonian language, Tupi stock) within the framework of Formal Semantics. BP's temporal system is anchored on a basic past vs. non-past opposition. Karitiana's system, on the other hand, is anchored on a future vs. non-future opposition. The talk aims at adding to the understanding of the relationship between tense and aspect in the generation of the meaning of sentences. More specifically, it aims at determining which are the temporal and aspectual properties that license habitual/generic and simultaneous readings of the Simple Present and of the Present Progressive both in BP and in Karitiana. It claims that present tense sentences with simultaneous readings: (i) denote a single event, individuated by its running time; (ii) express identity between Topic Time and Speech Time. We claim that the simultaneous readings generated by the Progressive bear imperfective aspect; whereas the simultaneous readings generated by the Simple Present bear perfective aspect. For generic/habitual sentences, we claim that they: (i) denote plural events; (ii) express the inclusion of Speech Time within Topic Time; (iii) are generated by the iteration of the corresponding Simple Present and Progressive sentences.